

Uma observação apenas para deixar claro: por ora, nós só iremos observar quanto às reclamações a necessidade de apontar o dispositivo do Regimento Interno contra o qual se quer insurgir.

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, a questão de ordem a que tinha me referido diz respeito ao Art. 116. Ele ainda é válido, não é?

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - No Grande Expediente, sim.

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - O que diz, Sr. Presidente? Vamos ver.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esgotada a matéria do Pequeno Expediente, passar-se-á ao Grande Expediente. Art. 116: “Nesse período, às Deputadas e aos Deputados previamente inscritos, será dada a palavra, pelo prazo máximo de 10 minutos, para versar assunto de sua livre escolha.”

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - Ou seja, todos têm direito à palavra no Grande Expediente para falar o que bem entender.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Pode falar o que quiser no Grande Expediente, não no encaminhamento nem na discussão.

Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaiá.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, acho que esta noite nós estamos aqui para votar o PL nº 31, que trata do HC de Marília, que vai ser transformado numa autarquia estadual.

Temos ouvido aqui nesta Casa uma série de manifestações que têm colocado aqui o papel da situação e o papel da oposição. Eu ouvi antes aqui o deputado João Paulo Rillo, que fez uma crítica a que esta Casa não se manifesta, não fiscaliza e citou especificamente a CPI dos Pedágios, que aconteceu no ano passado, de fato, por proposição da oposição.

Isso mostra que quando a oposição junta as assinaturas necessárias e encaminha, a CPI é instalada. Da mesma forma, mostra que a CPI não teve oportunidade de fazer as investigações.

Eu fui o relator dessa CPI. Posso testemunhar que os dois deputados do PT que compuseram a CPI trabalharam muito, encaminharam uma série de convocações.

Nós ouvimos aqui todos os setores: os setores empresariais, os trabalhadores e todos aqueles que tinham alguma significação. Deixamos de ouvir, eventualmente, o ex-secretário.

Fizemos o relatório dessa CPI. Infelizmente, a oposição não conseguiu apontar, a partir do objeto que eles mesmos propuseram na CPI, nada de significativo. O relatório que a oposição propôs, terminada a CPI, fazia a sugestão de que o Governo do Estado devia descumprir os contratos que tinha assinado, mudando o indexador.

Coisa, aliás, que o estado de São Paulo vem fazendo através da ação do Governo do Estado. Mas não pode fazer isso unilateralmente, sob pena de depois ter que pagar os processos.

Esse debate foi feito, tanto é que todos os deputados participaram ativamente, inclusive o próprio deputado João Paulo Rillo.

É interessante a visão de que os únicos deputados que parece que atuam em determinados momentos são aqueles da oposição. Quando partimos do princípio de que uma Casa como esta tem deputados de situação e deputados de oposição, é verdade. A oposição não pode reclamar que a situação é que não deixa que eles atuem. É isso o que nós vemos aqui, permanentemente. Dizem: “Olhem, a oposição não pode atuar.”

Isso é um equívoco. Aqui, há situação e oposição porque o povo de São Paulo, ao votar livremente, votou nos partidos e deu aqui uma maioria e uma minoria, que estão aqui expressadas. Não podemos reduzir o papel desta Casa.

O próprio deputado João Paulo Rillo falou, aqui, do deputado Barros Munhoz, que foi líder do Governo. Foi aquele que esteve aqui, enquanto exerceu a liderança do Governo. Nós sabemos que tem a tarefa de representar, de forma maior, a situação. Sua Excelência o fez com muita competência, com muita sabedoria, ouvindo, inclusive, todas as vezes que argumentos importantes foram trazidos pela oposição - argumentos consistentes, que atualizavam e melhoravam os projetos. Em um processo de negociação bancado pelo líder do Governo, esses projetos foram melhorados, aqui, nesta Casa.

Hoje, uso esta tribuna para resgatar isso. Esta Casa tem, sim, uma bancada de situação e uma de oposição, mas, no conjunto, trabalha para debater os projetos e, quando os projetos são questionados com propostas consistentes, nós avançamos e melhoramos os projetos que têm que ser votados - assim como o projeto que vamos votar aqui, hoje.

Acredito até que, por consenso, é este projeto que transforma o HC de Marília em uma autarquia. É uma proposta do Governo do Estado, que, diferentemente do que disse aqui o deputado Raul Marcelo, preocupa-se com a Saúde. Se não se preocupasse, deixaria que o hospital de Marília continuasse na situação em que está. Não fez isso. Trouxe um projeto que permite, hoje, que avancemos na discussão da Saúde de Marília.

É verdade que, aqui em São Paulo, a Saúde também conta com OSs. A preocupação principal do nosso povo é saber o seguinte: qual é a eficiência do serviço que lhe é prestado? O nosso povo não está, na maioria das vezes, preocupado se quem está prestando serviço é um servidor público ou é uma OS. A preocupação do nosso povo é com a eficiência da prestação do serviço público.

Aliás, essa tem que ser a nossa preocupação. Então, eu ando o estado de São Paulo todo. Há pouco tempo, estive na cidade de Cardoso, uma cidade pequena, lá no noroeste do Estado, perto de Votuporanga. Fazia uma reunião à noite, lá. Um senhor, já de 70 anos, estava lá e dizia: “Eu não sou paulista. Eu não nasci aqui no estado de São Paulo. Eu morava no Mato Grosso. Vim para a cidade de Cardoso, porque tenho aqui alguns parentes. A minha senhora, a minha companheira, é muito doente e no Mato Grosso do Sul não conseguia assistência. Eu vim aqui e aqui no estado de São Paulo descobri, em Votuporanga, um AME, que atende às pessoas com muita eficiência e rapidez. Então, o que eu fiz? Conversei com os meus parentes e mudei-me para cá, porque, com 70 anos, aqui no estado de São Paulo, eu consigo ser atendido com qualidade.” O AME presta um bom serviço e é uma das áreas do estado de São Paulo que é administrada por uma OS.

Então, essa é a preocupação. O Governo do Estado tem se preocupado com isso. Falo isso com muita tranquilidade, porque nós, aqui, é que votamos essa legislação. Votamos uma legislação e parece que - ao ouvir alguns companheiros - nós votamos erradamente essa legislação. Aí, é bom quando temos elementos para dizer que não.

Esta Casa, quando votou essa legislação que dá suporte para o modo como o Governo do Estado de São Paulo atua na questão da Saúde, não o fez por causa do governador Geraldo Alckmin. Não é a vontade dele, somente. É uma análise e uma discussão que nós, deputados, todos, fizemos, aqui.

Também, no período passado, ocupei a Secretaria de Gestão Pública. Discutindo essa questão, fomos visitar outros estados do Brasil. Fomos visitar a Bahia, um estado que já vai, agora, para oito anos de um governo do PT. Lá, também, as OSs estavam presentes. Fomos ao Rio Grande do Sul, as OSs estão presentes. Pude conviver com governos e discutir com vários partidos, e todos procuravam a eficiência do serviço público, que é o que procuramos aqui.

Acredito que essas observações sejam importantes. Esta Casa tem cumprido o seu papel de debater as questões, debater os projetos e aprovar o que entendemos ser melhor para a população de São Paulo. Esse é o nosso papel, papel que esta Casa tem cumprido, respeitando a oposição. É verdade, existem opiniões diversas na sociedade, e essas opiniões é que estão aqui sendo expressas.

Fiz questão de fazer essa observação para valorizar o trabalho de cada deputado, dos deputados que hoje passaram a tarde no Colégio de Líderes discutindo quais projetos poderíamos trazer hoje. Acertamos trazer o projeto de Marília, na semana que vem o PL 06 e os demais projetos. Os que não estavam no Colégio de Líderes estavam nos seus gabinetes, trabalhando para que esta Casa, quando decidir, faça-o com sabedoria, mas, acima de tudo, com a vontade do povo de São Paulo, que é o que temos feito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Em votação.

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSB - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Abelardo Camarinha.

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, membros das galerias, imprensa, funcionários, você que está em casa assistindo à TV Alesp, hoje é um dia de muita satisfação para mim e para a região de Marília.

Marília tem duas faculdades de Medicina. A primeira era privatizada. Pagava-se dez mil reais na Faculdade de Medicina e quatro ou cinco mil na Faculdade de Enfermagem. Os pobres, humildes, assalariados ficavam distantes da Faculdade de Medicina.

Avoco o testemunho do deputado Campos Machado e de algum outro companheiro que estava aqui. Num trabalho grande, conseguimos atualizar a Faculdade de São José do Rio Preto e a Faculdade de Marília, que passaram a ser do estado. Essa faculdade tem um curso de Enfermagem, um curso de Medicina, o primeiro do Estado, na avaliação do governo federal, e o terceiro da União. Tem 2.500 funcionários e 300 professores.

O que está ocorrendo? Lá, atendem pelo SUS. Aqui, ninguém falou. São deputados que comentam o efeito, mas não comentam a causa da falência da Saúde. Indicadores de pesquisa apontam a falta de investimento na Saúde, a falta de aumento do SUS. Quanto mais o HC de Marília atende, mais prejuízo tem; quanto mais Sorocaba atende, mais prejuízo tem; quanto mais Araraquara atende, mais prejuízo tem. Por quê? Porque o hospital gasta 300 reais numa operação e recebe do SUS 140, atrasado e glosado.

Escutei falar em terceirização. Meus amigos, o governo federal acabou de terceirizar a Saúde pública, trazendo 10 mil médicos de Cuba. Falaram aqui em trabalho semiescravo. Sabem quanto recebem? Dez mil reais. Sabem quanto eles pagam para a Organização Panamericana? Um mil e quinhentos reais. Sabem quanto fica com eles? Um mil e quinhentos reais. Sabem quanto vai para Cuba, para o patrão, sete mil. E o ato mais criminoso, mais vil, mais perseguidor, mais desumano é que eles não podem ter contato com a família. Os médicos cubanos foram privados do convívio com a família: mulher, filho, irmão, prima. São punidos, ficam confinados em Cuba.

Então, é muito simples vir aqui e jogar pedra. O deputado falou muito sobre a privatização. Ouvi aqui que não há CPI. Matéria do jornal de hoje: “Operação do Planalto evita CPI do BNDES”. Não posso entrar nesse assunto, Sr. Presidente. Quero cumprimentar aqui a deputada Marcia Lia, do PT, que foi a única que veio aqui e discutiu o problema da Educação, da Saúde.

Meus amigos, não estamos falando numa casa de leigos. Na Constituição de 88, ficou assim delimitado, que o município entra com 25% do gasto da Saúde. O Estado entra com 12 por cento. E a União com quanto entra? Foi aprovada na Câmara Federal a PEC nº 29, que dava 10 por cento. Dez por cento de três trilhões são 300 bilhões, que resolveria o caso da Saúde pública do Brasil. Não, preferiram dar dinheiro para o BNDES e ninguém quer discutir aqui. O deputado Raul Marcelo falou sobre a questão dos juros. Vou dar alguns dados a V. Exa.: o governo está pagando um bilhão por dia de juros! Em 365 dias, são 344 bilhões aos banqueiros, aos homens da direita, aos liberais! O BNDES emprestou 200, 300 bilhões para as 100 famílias mais ricas do Brasil. O Eike Batista tem 17 bilhões; o JBS, 22 bilhões; a família Ermírio de Moraes, cinco bilhões. E ninguém aqui vem e joga pedra no governo.

Quanto ganha um guarda metropolitano? Quanto ganha uma professora de escola? Como estão os prédios públicos? Sabe por que razão acontece isso, líder do PT? Porque a União concentrou o dinheiro; os municípios estão falidos. Vossa Excelência foi prefeito, sabe que na sua cidade o município não tem dinheiro. O FPM não vem. O dinheiro dos convênios não vem. Então, tenho aqui que falar de CPI. Sou plenamente favorável à CPI. Vejam na “Folha de S.Paulo” de hoje: “Operação do Planalto evita CPI do BNDES”. Em dez anos, sabem quanto o BNDES recebeu? Dois trilhões, metade da dívida do Brasil. E não vai haver CPI! Na CPI que houve no governo passado, eu estava presente; foram oito anos de Câmara. O presidente era do PT, o secretário era do PMDB. Precisaram ir ao Supremo Tribunal para que os partidos indicassem os membros da CPI. Fora a CPI do Mensalão, que o Roberto Jefferson delatou, uma delação premiada, o resto foi consequência. A CPI da Petrobras foi comprada. Vossa Excelência falou desta tribuna que a CPI da Petrobras foi comprada para não chegar ao fim. A CPI da Petrobras foi comprada.

Então, a caixa preta do BNDES, que emprestou cinco bilhões para a Venezuela, dois bilhões para Cuba, que emprestou para a África, para a Bolívia, nós teríamos uma CPI para saber onde está este dinheiro. Sete deputados, sete senadores tiraram a assinatura. Sete deputados, sete senadores retiraram a assinatura para não ter.

Essa CPI que está ocorrendo da Petrobras só saiu por causa do deputado Eduardo Cunha, que nomeou um jovem deputado do estado da Bahia, o Motta. Se não, o presidente teria sido do PT e o secretário do PMDB.

Mas, meus amigos, peço desculpas por algum excesso, mas estamos votando um projeto que vai atender a 62 cidades, 1 milhão e 800 habitantes por ano, 20 mil cirurgias, esse procedimento foi tomado em Botucatu, em Rio Preto, pela USP e por Marília.

Agradeço a todos os deputados que ficaram aqui, mas não podemos vir até aqui e falar meia verdade. Nós terceirizamos a Saúde para 10 mil médicos cubanos a 1.500 reais. A metade do que ganha um PM do estado de São Paulo. E se algum desses médicos encontrar mulher ou filho, é remetido para Cuba e confinado em Cuba, então não vamos ficar tentando tapar o sol com a peneira.

Vamos ajudar Marília e a região de Marília. São 62 municípios. Agradeço do fundo do coração, em nome dos pacientes, das pessoas humildes, dos pobres, dos cadeirantes que procuram o Hospital das Clínicas de Marília, a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Enfermagem, o Hemocentro, o Hospital Mário Covas, o Hospital da Mulher e agradeço.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - Sr. Presidente, regimentalmente solicito uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Em uma interpretação estrita e não flexível do Regimento Interno, que é o que se parece propor, senhoras deputadas e senhores deputados, tendo sido feito o pedido de verificação de votação, e eu cumprindo estritamente o Regimento Interno, não posso me referir ao que foi conversado no Colégio de Líderes, então vamos proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como “sim”, os que forem contrários deverão registrar o seu voto como “não”.

- É iniciada a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - Sr. Presidente, com a anuência do líder presente em plenário, gostaria de informar que a bancada do DEM está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do DEM.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSD está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSD.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PPS está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PPS.

O SR. BARRIOS MUNHOZ - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo à valorosa bancada do PT. Eu sou um admirador do deputado Abelardo Camarinha. Concordo com muita coisa do que ele diz. Como amigo dele, acho que ele se excede, não deveria ter falado o que falou.

É desagradável, para mim, dizer isso, mas quero fazer um apelo por causa da Saúde de Marília. Quero fazer um apelo pelo trabalho do deputado Orlando Bolçone e dos deputados de todos os partidos que, por várias vezes, tentaram colocar esse projeto em discussão.

Sei do espírito cívico dos deputados do PT. Há pouco tempo, também cometi alguns exageros e pedi desculpas por eles. Confio no espírito de civilidade e sei que prevalece esse espírito na querida bancada do PT. Faça o seguinte apelo: vamos votar este projeto, vamos retirar o pedido de verificação, nobre líder Geraldo Cruz, em homenagem ao pessoal da Saúde.

Estamos fazendo algo correto e necessário. Aquela região toda está de olho na Assembleia, aguardando a nossa aprovação. Faça esse apelo, nobre deputado Geraldo Cruz, confiando sinceramente no espírito altaneiro da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Gostaria de fazer um apelo pelo espírito democrático. São da essência do Parlamento os debates. Nem sempre ouvimos aquilo que nos agrada, mas nem por isso iremos censurar aquele que fala.

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, gostaria de, publicamente, pedir excusas pelo excesso que cometi, se cometi. Contudo, não houve nada de cunho pessoal. Poucas vezes falei da bancada do Partido dos Trabalhadores. Simplesmente fiz uma analogia.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Posso interromper Vossa Excelência?

Vossa Excelência não se excedeu, apenas expressou livremente a sua opinião e o seu pensamento. Talvez V. Exa. tenha feito isso em um momento em que houve uma sinergia para votar o projeto que tanto ansiou.

Vossa Excelência não se excedeu, apenas falou aquilo que queria falar. Porém, talvez V. Exa. possa pedir desculpas pelo momento em que foi dito, quando o Partido dos Trabalhadores fez um esforço para votar o projeto que V. Exa. queria.

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSB - Sr. Presidente, eu peço as minhas excusas ao Partido dos Trabalhadores. Peço que eles pensem nos 62 municípios, nos três mil funcionários, nos alunos da Faculdade de Medicina e nos alunos da Faculdade de Enfermagem.

Acredito que uma picuinha desse tamanho não pode lesar 1,8 milhão de pessoas que são atendidas anualmente naquela casa de saúde. Portanto, peço excusas ao líder do PT, nobre deputado Geraldo Cruz, e ao nobre deputado José Américo.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Nobre deputado, eu não interrompi V. Exa., porque estou permitindo que os deputados falem o que querem na tribuna, como me foi solicitado.

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, gostaria de lembrar que, no dia da votação, fui relator no congresso de comissões.

Há pouco, lembrava isso aos deputados Barros Munhoz, Carlos Cezar e Vaz de Lima. Era líder o meu querido amigo, nobre deputado João Paulo Rillo. À época, tivemos várias conversas e ficou acertado que, no começo desta nova legislatura, faríamos a votação.

O deputado Geraldo Cruz participou dessa conversa, inclusive. Portanto, quero me associar a esse apelo. É um momento importante em que iremos reconhecer todos e agradecer a contribuição dada naquela votação, que foi unânime, inclusive. Muito obrigado. Peço, mais uma vez, a compreensão do deputado Geraldo Cruz.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, gostaria de fazer um esclarecimento. É de praxe os acordos nesta Casa serem cumpridos. Nós iremos cumpri-los. Contudo, fazer acordo no Colégio de Líderes com todos os partidos e o governo e aqui um dos interessados no projeto, que acha que é a maioria em tudo, fazer o que fez não aceitamos. A tribuna é livre de fato, nós aceitamos as críticas até porque também fazemos, mas não aceitamos esse tipo de golpe baixo. Por isso pedimos a verificação de votação e mantemos.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Na avaliação do Presidente não houve golpe baixo. Talvez tenha sido inoportuno o momento em que ele falou. Ele disse o que pensava. É livre a expressão do pensamento.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução da bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução da bancada do PMDB.

O SR. RODRIGO MORAES - PSC - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução da bancada do PSC.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução da bancada do PSC.

O SR. ANDRÉ DO PRADO - PR - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução da bancada do PR.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução da bancada do PR.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução da bancada do Democratas.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução da bancada do Democratas.

O SR. ALEXANDRE PEREIRA - SD - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução da bancada do Solidariedade.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução da bancada do Solidariedade.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a Presidência, atenta ao brocardo “pacta sunt servanda”, os pactos têm de ser cumpridos, apela para que o PT cumpra com o que foi acordado no Colégio de Líderes.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - Sr. Presidente, quero registrar que a bancada do PT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução da bancada do PT.

O SR. MARCOS NEVES - PV - Sr. Presidente, para registrar que a bancada do PV está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Está registrada a obstrução da bancada do PV.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Sr. Presidente, a bancada do PSB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Está registrada a obstrução do PSB.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, a bancada do PSDB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Está registrada a obstrução do PSDB.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Sr. Presidente, apenas para questionar em relação ao quorum de votação. Ao que me consta, seriam 48 deputados votando sim, Sr. Presidente. Todas as votações que efetuamos na Assembleia Legislativa, o quorum é de 48 deputados presentes para proclamar um resultado favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Quando se trata de um projeto de lei complementar não basta a maioria dos deputados presentes. É necessária a maioria dos deputados da Casa: a metade de 94 é 47 e precisamos de 48 votos.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência proclama o resultado: 47 votos, voto insuficiente para a aprovação do projeto.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, nós fizemos hoje no Colégio de Líderes um acordo para que pudéssemos votar esse projeto na sessão de hoje. Acho que todos os deputados têm a liberdade de construir aquilo dentro das suas ponderações em relação a isso.

Conversei com o nobre deputado Geraldo e muito se colocou em relação ao cumprimento do acordo - não estamos interpretando como descumprimento do acordo -, e pedimos a V. Exa. que dê continuidade na votação desse projeto no dia de amanhã. O PT se sentiu lesado por conta de uma fala legítima do deputado Abelardo Camarinha, mas nós não entendemos como descumprimento do acordo. Acho que é extremamente natural dentro do calor do debate.

Apenas para fazer o registro a respeito dessa ponderação. Amanhã teremos nova pauta e poderemos dar continuidade.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência adita à Ordem do Dia da segunda sessão extraordinária o Projeto de lei Complementar nº 31, de 2014, de autoria do senhor governador, como primeiro item da pauta.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, lembra V. Exas. da Sessão Extraordinária a ter início daqui a dez minutos.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 21 horas e 25 minutos.

14 DE ABRIL DE 2015 10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: FERNANDO CAPEZ
RESUMO
<p>ORDEM DO DIA</p> <p>1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Abre a sessão. Coloca em votação adiada e declara aprovado o PLC 31/14.</p> <p>2 - JOÃO PAULO RILLO Requer verificação de votação.</p> <p>3 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.</p> <p>4 - MILTON LEITE FILHO Declara obstrução ao processo de votação, em nome do DEM.</p> <p>5 - CORONEL CAMILO Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSD.</p> <p>6 - GERALDO CRUZ Para reclamação, argumenta que a Presidência não anunciara o tempo para encaminhamento da votação.</p> <p>7 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Presta esclarecimentos sobre o andamento dos trabalhos.</p> <p>8 - JOÃO PAULO RILLO Para reclamação, endossa a manifestação do deputado Geraldo Cruz.</p> <p>9 - MARCOS DAMÁSIO Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PR.</p> <p>10 - ALEXANDRE PEREIRA Declara obstrução ao processo de votação, pelo SD.</p> <p>11 - MARCIO CAMARGO Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSC.</p> <p>12 - MARCOS NEVES Declara obstrução ao processo de votação, pelo PV.</p> <p>13 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Registra as manifestações.</p> <p>14 - GERALDO CRUZ Para comunicação, reitera a reclamação que fizera anteriormente. Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PT.</p> <p>15 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Registra as manifestações.</p> <p>16 - JORGE CARUSO Declara obstrução ao processo de votação, pelo PMDB.</p> <p>17 - CARLÃO PIGNATARI Declara obstrução ao processo de votação, pelo PSDB.</p> <p>18 - DAVI ZAIA Declara obstrução ao processo de votação, pelo PPS.</p>